



Número: **0601046-35.2020.6.16.0061**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **11/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0601046-35.2020.6.16.0061**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Banner/Cartaz/Faixa**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de representação nº 0601046-35.2020.6.16.0061, que julgou procedente a representação para, confirmando a liminar já deferida, determinar que os representados, não mais utilizem o material de propaganda objeto dessa representação, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); com fulcro no art. 36, §3º, da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições). (Representação Eleitoral com pedido liminar ajuizada pela Coligação "Sabaúdia Mais Forte" em face de Moises Soares Ribeiro, Cristiane Viana Dos Santos Bortolo E Coligação "Sabáudia Quer Mais", com fulcro no arts. 6º e 36 da Lei nº 9.504/97 c/c os arts. 10, 11, 12 e 21 da Resolução - TSE nº 23.610/2019 c/c art. 96 da Lei nº 9.504/97 c/c o art. 17 e seguintes da Resolução - TSE nº 23.608/2019, alegando, em síntese, que no dia 30.10.2020 os Representantes estavam utilizando bandeiras contendo somente o número "11", referente à agremiação partidária PROGRESSISTAS (PP), sem constar o nome da coligação com os partidos integrantes (PP, PDT, PTB, PODE, PSDB e CIDADANIA), CNPJ do contratante, CNPJ da empresa contratada, tiragem e o nome dos candidatos às eleições majoritárias (Prefeito e Vice-Prefeito). Aduz que o material de propaganda aqui combatido está em desacordo com as normas eleitorais vigentes).RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SABÁUDIA MAIS FORTE 15-MDB / 20-PSC / 40-PSB / 55-PSD (RECORRENTE)		LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO) GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO)	
MOISES SOARES RIBEIRO (RECORRIDO)			
CRISTIANE VIANA DOS SANTOS BORTOLO (RECORRIDO)			
Sabáudia quer mais 11-PP / 12-PDT / 14-PTB / 19-PODE / 45-PSDB / 23-CIDADANIA (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33372516	06/05/2021 16:17	Acórdão	Acórdão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 58.645

RECURSO ELEITORAL 0601046-35.2020.6.16.0061 – Sabáudia – PARANÁ

Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA

RECORRENTE: SABÁUDIA MAIS FORTE 15-MDB / 20-PSC / 40-PSB / 55-PSD

ADVOGADO: LEANDRO SOUZA ROSA - OAB/PR0030474

ADVOGADO: GRACIANE DOS SANTOS LEAL - OAB/PR0081977

ADVOGADO: HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - OAB/PR0075822

ADVOGADO: MARCELA BATISTA FERNANDES - OAB/PR0087846

RECORRIDO: MOISES SOARES RIBEIRO

RECORRIDO: CRISTIANE VIANA DOS SANTOS BORTOLO

RECORRIDO: Sabáudia quer mais 11-PP / 12-PDT / 14-PTB / 19-PODE / 45-PSDB / 23-CIDADANIA

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA: ELEIÇÕES 2020 – PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR – BANDEIRAS – OMISSÃO DO NOME DO PREFEITO E DO VICE - ILEGALIDADE - RECURSO PROVIDO.

1. O § 4º, do artigo 36, da Lei nº 9.504/1997, estabelece a obrigatoriedade de as propagandas eleitorais dos cargos majoritários veicularem tanto o nome do futuro titular como o do seu vice, conforme se depreende do uso do advérbio “também”.

2. O colendo Tribunal Superior Eleitoral já assentou o entendimento de que a multa constante no § 3º, do artigo 36, da Lei nº 9.504/1997, aplica-se às infrações do § 4º, conforme o Recurso Especial Eleitoral nº 16850, Acórdão, Relator(a) Min. Jorge Mussi, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 15/05/2018, Página 34.



3. Recurso conhecido e provido.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 04/05/2021

RELATOR(A) FERNANDO QUADROS DA SILVA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por COLIGAÇÃO “SABAÚDIA MAIS FORTE” em face da sentença prolatada pelo Juízo da 061ª Zona Eleitoral de Arapongas/PR (ID. 18757516) que julgou parcialmente procedente a representação por propaganda eleitoral irregular proposta em face de MOISES SOARES RIBEIRO, CRISTIANE VIANA DOS SANTOS BORTOLO e COLIGAÇÃO “SABÁUDIA QUER MAIS”, condenando os representados a abstenção de realização de propaganda com bandeiras sem identificação da coligação, triagem e CNPJ do contratante, deixando de aplicar multa pelo ilícito.

Em razões recursais (ID. 18757866), a recorrente alega que os recorridos devem ser penalizados com multa em razão da realização de propaganda eleitoral irregular, eis que os recorridos não cumpriram o dever informacional estabelecido pelo artigo 36, §§ 3º e 4º da Lei nº 9.504/97, não sendo suficiente a mera fixação de multa para o caso de descumprimento.

Defende que deve ser aplicada a multa do artigo 36, § 3º, da Lei n. 9.504/97, no valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Por fim, requer que a sentença seja parcialmente reformada a fim de condenar os Recorridos ao pagamento de multa no valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Intimados, os recorridos não apresentaram contrarrazões (id. 18758216).

Encaminhado os autos à d. Procuradoria Regional Eleitoral, foi oferecido parecer (ID. 21161366) opinando pelo desprovimento do recurso eleitoral.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO



Conforme relatado, a sentença prolatada pelo Juízo da 061ª Zona Eleitoral de Arapongas/PR (ID. 18757516) julgou parcialmente procedente o pedido veiculado na representação por propaganda eleitoral irregular proposta pela recorrente, por entender que houve irregularidade nas bandeiras sem identificação da coligação, triagem e CNPJ do contratante, utilizados pelos representados. Contudo, não aplicou multa pelo ilícito.

Para melhor inteligência da lide, ilustra-se, a título exemplificativo, as seguintes imagens colacionadas pelo representante:



O recorrente aduz que a propaganda encontrava-se em desconformidade com o disposto nos art. 36, § 4º, da Lei no 9.504/1997, pois bandeiras continham somente o número “11”, referente à agremiação partidária PROGRESSISTAS (PP), sem constar os nomes dos candidatos às eleições majoritárias (Prefeito e Vice-Prefeito)

Com efeito, assim estabelece o dispositivo legal mencionados:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

(...)

§ 3º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado o seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.



*§ 4º Na propaganda **dos candidatos a cargo majoritário** deverão constar, **também, os nomes dos candidatos a vice** ou a suplentes de senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% (trinta por cento) do nome do titular.*

De acordo com o alcance da norma legal transcrita, tenho que as informações obrigatórias que devem constar das propagandas eleitorais visam a manter o eleitorado informado quanto ao nome daqueles que eventualmente irão assumir o cargo eletivo.

Nesse sentido, o § 4º, do artigo 36, da Lei no 9.504/1997, estabelece a obrigatoriedade de as propagandas eleitorais dos cargos majoritários veicularem tanto o nome do futuro titular como o do seu vice, conforme se depreende do uso do advérbio “também”.

O intuito da lei não é só de impedir que o nome do vice seja omitido, mas também o de assegurar que o eleitor saiba exatamente em quem está votando para ambos os cargos, é o direito à informação, conhecer quem são os principais atores envolvidos no processo eleitoral.

Caso fosse a intenção do legislador com o § 4º resguardar apenas o nome dos candidatos a vice, ter-se-ia de considerar lícita a propaganda eleitoral dos cargos majoritários que constassem apenas o nome do vice, porquanto não haveria outra norma eleitoral a exigir a presença do nome do pretense titular.

Quanto à incidência da multa constante no § 3º, o colendo Tribunal Superior Eleitoral já assentou o entendimento de que ela se aplica às infrações do § 4º (Recurso Especial Eleitoral nº 16850, Acórdão, Relator(a) Min. Jorge Mussi, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 15/05/2018, Página 34).

Com maior razão, haja vista que a redação do aludido § 3º ser clara no sentido de que a multa ali prevista deve ser aplicada à violação das hipóteses registradas em todo o artigo.

Nesse trilhar, incide ao caso a multa insculpida no § 3º do art. 36 da Lei das Eleições, sendo que, na sua respectiva cominação, devem ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

No que tange às razões expostas pela d. Procuradoria Regional Eleitoral, de fato, o artigo 38 da Lei nº. 9.504/97 não possui como preceito secundário a aplicação de multa. Entretanto, conforme visto acima, a propaganda ora impugnada afronta o estabelecido no artigo 36 do mesmo diploma legal, aplicável também as bandeiras de rua, o qual prevê a aplicação de multa.

Por estes fundamentos, dou provimento ao recurso para, julgando procedente a representação, condenar os representados a pagar, solidariamente, multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



DISPOSITIVO

Diante do exposto, voto no sentido de se conhecer do recurso interposto bem como das contrarrazões apresentadas e, no mérito, dar provimento ao recurso para condenar os representados a pagar, solidariamente, multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos da fundamentação.

É o voto.

Fernando Quadros da Silva

Relator

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL Nº 0601046-35.2020.6.16.0061 - Sabáudia - PARANÁ - RELATOR: DES. FERNANDO QUADROS DA SILVA - RECORRENTE: SABÁUDIA MAIS FORTE 15-MDB / 20-PSC / 40-PSB / 55-PSD - Advogados da RECORRENTE: LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474, GRACIANE DOS SANTOS LEAL - PR0081977, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - PR0075822, MARCELA BATISTA FERNANDES - PR0087846 - RECORRIDO: MOISES SOARES RIBEIRO - RECORRIDA: CRISTIANE VIANA DOS SANTOS BORTOLO - RECORRIDA: SABÁUDIA QUER MAIS 11-PP / 12-PDT / 14-PTB / 19-PODE / 45-PSDB / 23-CIDADANIA.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 04.05.2021.

